



Fórum Alternativo Mundial da Água

FAMA 2108

1ª Reunião Internacional Presencial

São Paulo 2017



Relatoria conjunta consolidada da reunião
internacional para organização do FAMA 2018
Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF
Guararema – São Paulo
23 e 24 de setembro de 2017

**Relatoria conjunta consolidada da reunião internacional para organização do
FAMA 2018 - Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF**

Guararema – São Paulo 23 e 24 de setembro de 2017

***Construída a partir de contribuições enviadas por diversos participantes do
encontro internacional***

23/09

**1. Apresentação da Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF e acordos
a partir do funcionamento da Escola.**

Foi apresentada a dinâmica do dia e explicado os horários e foi requisitado que os presentes se voluntariassem para fazer relatoria e mediar os distintos momentos de trabalho.

2. Apresentação do contexto do Fórum Alternativo Mundial da Água

Edson Aparecido da Silva (FNU)

(Anexo I – Apresentação atualizada - novembro de 2017)

<https://drive.google.com/drive/folders/0B3ssGGJochWDNDZUbE10T0Utejg>

Para entender o FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água faz-se necessário compreender primeiro o Fórum Mundial da Água – FMA. O 8º Fórum Mundial (das Corporações) acontecerá em Brasília dos dias 18 a 23 de março de 2018.

Pode-se ler no sítio oficial que o “evento contribui para os diálogos que orientam processos decisórios globais sobre o uso racional e sustentável da água”. Dizem também que o “evento que reunirá os principais especialistas, gestores e organismos envolvidos na gestão e preservação dos recursos hídricos do planeta”.

O encontro é organizado pelo Conselho Mundial da Água, instituição que reúne cerca de 400 organismos internacionais, governamentais, da sociedade civil, do setor privado e da academia. Essas entidades parceiras estão espalhadas por aproximadamente 70 países.

Entre os membros do Conselho, estão a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Banco Mundial e o Programa das Nações

Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT). A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) recebeu em janeiro de 2017 o estatuto de membro-observador.

O FMA terá todo o apoio do governo do Distrito Federal (Brasília) e do governo federal. Estima-se reunir em torno de 30 mil pessoas. O Fórum e o Conselho Mundial da Água têm forte vínculo com organizações privadas, em especial as grandes corporações multinacionais, que tem como meta impulsionar a mercantilização da água; a intensificação das práticas de transposição de bacias hidrográficas privilegiando o atendimento das demandas por água a qualquer preço em detrimento da sua gestão; a construção de barragens para os mais variados fins afetando de forma significativa populações ribeirinhas sem considerar impactos sociais e culturais; a apropriação e controle dos aquíferos subterrâneos; entre outros.

Avalia-se pelas entidades que compõem a coordenação do FAMA, que o evento do FMA será um grande mercado de água, com a presença de grandes empresas como a Coca-Cola, Nestle, BUNGE etc.; os interesses destas empresas são de apropriação das reservas de água para gerar lucros extraordinários. Esta prática impõe fortes impactos financeiros e restrições de acesso à população de todo o mundo, afetando, sobretudo os mais pobres.

O Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA tem um processo de construção coletiva com diversas entidades, entre movimentos sociais urbanos e do campo, de luta ambiental – tanto no âmbito nacional como internacional e se realiza em contraposição ao Fórum Mundial da Água (18 a 23 de março) organizado pelo Conselho Mundial da Água.

A programação do FAMA será em março de 2018, com o tema Água é direito, não mercadoria. Deverá reunir 5 mil pessoas sendo que seu objetivo é questionar a privatização da água, do saneamento básico, dos recursos naturais e a exploração deles por grandes empresas. Pela garantia da soberania nacional, dos direitos humanos e preservação do planeta.

Na avaliação das organizações do FAMA, o evento do FMA se assemelha mais a um “fórum de corporações”. A crítica se refere ao fato de que as empresas que são convidadas “já controlam a água em vários países do mundo e querem fazer o mesmo aqui, explorando nossas bacias, aquíferos e riquezas naturais”.

Os objetivos do FAMA são: tratar do tema da água na perspectiva da água como um direito e não mercadoria e garantindo uma ampla gama de debates que permita focar essa questão nas suas mais variadas interfaces, tomando o cuidado para a discussão e seus resultados não sejam fragmentados, ou seja esperamos que ao final a transversalidade do tema seja garantida; que a realização do FAMA e sua agenda devam transcender a luta contra a privatização e mercantilização da água e do saneamento na medida em que deve estar conectada à luta em defesa das reservas naturais estratégicas, da soberania nacional, pela garantia dos direitos humanos e preservação do planeta; e que os comitês locais depois da realização do FAMA se transformem em “Comitês Permanentes de Luta em Defesa dos Serviços Públicos, pela Soberania Nacional, pelos Direitos Humanos”. Pretende-se que o FAMA não se restrinja a discussão da privatização da água e do saneamento.

Comitês locais de preparação do FAMA já criados: Brasília, Pará (Belém), Paraíba (João Pessoa), São Paulo (SP), Bahia (Salvador), Rio Grande do Sul (Porto Alegre e Pelotas), Minas Gerais (Belo Horizonte), Amapá (Macapá), Piauí (Teresina).

Desafios:

1. Criar comitês estaduais permanentes, propositivos e não só para a discussão pontual do Fórum no ano que vem, mas que seja um esforço coletivo que será levado a frente posteriormente ao FAMA.
2. Fazer um grande evento de massas alternativo ao fórum das corporações. Para isso é fundamental a participação do nosso campo de articulação que debate o tema da água.
3. Mobilizar a sociedade para defender a água como bem público que não deve estar sob o controle de empresas privadas.
4. Incluir nas discussões representações quilombolas e indígenas.
5. Concretizar as relações e integração internacional com o FAMA – contato com a Europa, América, etc.

3. Leitura da Carta Mulheres pela Água (Rachel Moreno – Rede Mulher e Mídia)

(Anexo II – Carta das Mulheres)

<https://drive.google.com/file/d/0B3ssGGJochWDeUhxZ2ktUVdxRkE/view>

4. Apresentação e visita à Escola Nacional Florestan Fernandes

Foi apresentado um filme contando a história da Escola Nacional Florestan Fernandes e dúvidas foram esclarecidas.

5. Discussão do Manifesto Internacional do FAMA

(Anexo III - Algumas Contribuições – internacionais)

<https://drive.google.com/file/d/0B3ssGGJochWDbm5OS0FrWWxHbm8/view>

Renato Tagnin (Coletivo Curupira) media a discussão do Manifesto (Anexo III) e dá a palavra para quem quer adicionar alguma coisa ao texto do Manifesto. Menciona que não podemos aprofundar na discussão sobre temáticas centrais sobre a água, por causa do tempo da reunião. Consideramos o Manifesto um documento aberto que pode ser complementado durante a realização do FAMA em 2018. Devemos nos focar em questões organizativas do FAMA pela urgência do prazo do fórum.

Foi mencionado que precisamos ser coerentes com nós mesmos, precisamos revisar o conteúdo do manifesto. Aécio, da Fase coloca as diferentes temporalidades e compreensões sobre a questão da água. Organizações vinculadas à área urbana, movimentos indígenas e camponeses tem olhares distintos. Precisamos avançar numa troca de saberes.

Edson Aparecido da Silva (FNU) propõe que seja dado foco nas contribuições dos/as companheiros/as internacionais e depois podemos marcar uma nova reunião de comitê nacional para aprofundar algumas questões do Manifesto. A ideia é que sejam recebidas contribuições e um grupo de trabalho possa complementar o manifesto. Esse grupo deve ser definido pela Coordenação Nacional.

Alexandre Panez (Modatima – Chile) menciona que a primeira coisa a ser considerada para uma discussão filosófica mais abrangente é a tendência de separar o “natural” do “humano”, como se o homem tivesse se separado da natureza. No Manifesto não há menção aos processos de criminalização e repressão que estão sofrendo os movimentos que defendem a água e o território ao redor do mundo em

um contexto e aumento da violência com a qual o capital se apodera dos bens comuns. Além disso, percebemos no Manifesto uma certa versão estatal que dá preponderância ao Estado na gestão da água sendo que em diversos locais da América Latina experiências muito ricas estão acontecendo em que as comunidades consolidam uma outra relação com as águas, como guardiãs da vida.

David Sanchez (European Water Movement – Espanha) fala da importância de se mostrar a trajetória do movimento global da água, o que ocorreu em outros países do mundo. Existe um pensamento coletivo que se acumulou ao longo do tempo. É necessário que o debate seja aprofundado mais além do controle público. Existem diversas experiências em que o público pode se comportar como empresa privada. É necessário compilar as experiências de gestão comunitária da América Latina. Os Estados são, muitas vezes, capturados pelas corporações. Existe na Europa uma luta contra a Comunidade Europeia.

Romulo Tórres fala da mudança climática e da necessidade de exemplos de outros países, não apenas do Brasil. Criminalização de protestos, a grande velocidade de desmatamento e o desenho das arquiteturas financeiras para avançar nesse processo. Os projetos são principalmente em terras camponesas e reservas indígenas e está afetando outras culturas e formas de vida que buscam se unir mais com o ser humano e com a natureza. Dessa forma, é necessário valorizar todos que estão defendendo a água, as nascentes, Tapajós Vivo, Xingú Vivo. Vale a pena incorporá-los ao Manifesto.

Carmen Sosa (FFOSE – Uruguai) menciona o problema das empresas públicas pois não basta que sejam públicas, é necessário o controle social. Os tratados de livre comércio têm sido fundamentais para assegurar as políticas de privatização. Preocupa a palavra “sustentabilidade” pois as empresas não se importam com essa palavra. Os estudos de impacto ambiental argumentam que realizam projetos sustentáveis, mas acabam contaminando. Devemos utilizar o princípio da precaução que face a dúvida de que um projeto cause danos à natureza não pode ser aprovado.

Oscar Rodriguez (ISP) explica que o documento consolida muitas inquietudes. Deve-se aprofundar mais na violência, tratados de livre comercio e gestão pública da água.

Meera Karunanathan fala da importância do questionamento do capitalismo verde como estratégia que as corporações têm utilizado para se legitimar. É necessário dizer explicitamente que rejeitamos os mecanismos de mercado para resolver os problemas da água.

Renato Tagnin (Coletivo Curupira) argumenta que o Manifesto deveria fazer menções continentais mais do que específicas de cada país. É necessário explicar que o Conselho Mundial da Água é um organismo criado por corporações e que convoca os governos para debater a água. É algo insólito. É necessário discutir alguns termos, como a água. O que é a água? Depois de 15 anos nos roubaram as palavras, os termos. Precisamos revisar e renovar conteúdos.

Hamilton Rocha (Coletivo de Luta pela Água – SP) acredita que devemos encontrar um dispositivo de comunicação para poder espalhar o novo manifesto e separar o manifesto nacional do internacional para não nacionalizar a questão da água.

Edson Aparecido da Silva (FNU) não vê a necessidade de dois manifestos. Ele propõe uma sistematização para divulgar entre os participantes da reunião para revisão e aprovação.

6. Discussão do temário e metodologia

(Anexo IV – Sistematização a partir desse debate aberta a contribuições)

<https://drive.google.com/file/d/0B3ssGGJochWDUVVGTWxNUMgxRTg/view?usp=sharing>

Grupos foram divididos e trabalharam pontos para o temário. Sugestões de temáticas:

1. População e água no semiárido e regiões desérticas
2. Água e energia - Impactos de megaempreendimentos
3. Água e alimento- Agroecologia, agricultura orgânica, agricultura familiar versus agrotóxicos e agronegócio

4. Água como bem comum e água e saneamento como direitos humanos - Água e saúde
5. Água e populações tradicionais
6. Luta contra a privatização dos serviços públicos de saneamento
7. Água e espiritualidade
8. Água, bacias transfronteiriças e soberania nacional - Água, guerras, migrações e refugiados
9. Aquífero Guarani
10. Água e gênero
11. Água e mudanças climáticas

Grupo 1:

- Água e energia; água e alimento; água como bem comum e saneamento como direitos humanos.
- Água e populações tradicionais.
- Luta contra a privatização dos serviços públicos.
- Água e espiritualidade.
- Água e soberania nacional.
- Água e gênero.
- Água e mudanças climáticas.
- Proposta – Fazer reuniões com professores, sindicatos de saneamento, na sexta anterior ou na semana seguinte ao FAMA.

Grupo 2:

- Água elemento fundamental da vida - relação com ecossistema, com clima. Necessidade de preservação como elemento de mitigação do clima global – como organização global, as grandes fontes (rios maiores).
- Espiritualidade, cultura de povos originários / tradicionais / gênero
- Água, bacias transfronteiriças e soberanias.
- Água, segurança alimentar, agricultura familiar, agronegócio e agrotóxicos.
- Água, mudanças climáticas e efeitos nos territórios.

- Água bem comum e direito não comercial (não é mercadoria) - É um bem natural, não industrial, tem que ser pública, sem proprietários, para utilização de todos e todas.
- Água, impactos e conflitos de megaempreendimentos e extrativismo.
- Financiamento, política da dívida e tecnologização da água - Renaturalização. Aqui entra dessalinização, seca. Transformação, utilização natureza como capital.
- Gestões públicas (estatais e não estatais) não comerciais e a reapropriação social - Não existe modelo único, o caráter público é só pré-condição pela democracia social. E aqui tem que considerar as diferenças na gestão urbana e não urbana.
- Luta contra privatização dos serviços públicos de gestão e saneamento.
- Escrevendo água, lendo democracia - Formas e práticas de resistências populares, comunitárias e de classe que criem formas diferentes de democracia. Qual é o destaque político para assentar de maneira estável os câmbios feitos? O que vai verter disso?
- Água, guerras, migrações e refugiados.

Grupo 3:

Importância do movimento de defesa da água em todo o mundo.

Grupo 4:

Debate questão conjuntural estratégia do capital sobre os bens naturais, acordos de livre comércio e focar sobre a questão no Brasil. Debate e abertura coletiva e depois 5 temas, ou cinco temários:

- Água, agricultura, hidroagronegócio e semiárido. Regiões desérticas – o desafio e a disputa da água no campo.
- Megaprojetos energéticos e extrativistas – o deságio e a disputa da água nas hidrelétricas e mineração.
- A mercantilização e privatização da água e do saneamento.

- Paradigmas, concepções e visões dos povos sobre a água – espiritualidade e povos tradicionais.
- Soberania dos povos, direitos e controle popular.
- Não foi possível entrar na discussão metodológica e os temários não poderão ser totalmente autogestionados. Que a coordenação cuide dos temas. Cuidar de inserir os temas transversais nesse tema como a questão do meio ambiente e de conflitos específicos.
- Datas de realização do encontro: estar todo o tempo de forma paralela das corporações.

Grupo 5:

É necessário que haja um espaço de escuta e diálogo de perspectivas diferentes desde as lutas em defesa da água. No chamamento da constituição do fórum, é um grupo que tem sua visão de mundo, seu território de atuação, que não garantiu a diversidade de movimentos e é necessária uma construção coletiva e diversificada incluindo movimentos ambientalistas, indígenas, quilombolas e existem atravessamentos e enfrentamentos que nos leva a refletir o quanto esse convite é levado a sério. A urgência da convergência precisa ter o reconhecimento com o valor para que as diferenças sejam acolhidas, não tratadas como um problema. O chamamento e manifesto foi agregado em junho de 2017 para que essas organizações pudessem refletir sobre em que medida o manifesto lhes tocava. Para que redes e movimentos tivessem essa ciência tivemos apenas um mês e mais de 60 redes nacionais aderiram a esse convite em menos de um mês. Muitas organizações toparam esse desafio porque acreditaram que esse diálogo é urgente, importante e estratégico e foi resultado de esforço num diálogo com redes e movimentos que vêm da oportunidade de criar uma articulação única e direta; por que essa construção coletiva está sendo tão barrada e contestada e o que fazemos para construirmos juntos. Escuta é urgente. A área é difícil. Rediscussão da data pois não contempla essa discussão.

24/09

7. Análise de conjuntura nacional: Raúl Amorim (MST) e internacional: Oscar Rodriguez (ISP)

7.1 Raúl Amorim (MST)

fez uma análise de conjuntura nacional mencionando que existe uma crise em seis esferas:

1. Crise Econômica com concentração de capitais. Apropriação em busca da renda extraordinária tirada dos recursos naturais, ex: a taxa de lucro de uma empresa como a Nestlé é de 700%. A renda média de uma empresa no Brasil é de 10 a 13%. As empresas petrolíferas têm uma taxa de 200%.
2. Crise ambiental – o capital está se apropriando de tudo. Alteração do clima. A soberania alimentar dos povos está mudando. Temos de trazer outro olhar, outro projeto social para a sociedade. Função social da natureza. Há uma corrida para transformar em patrimônio esses recursos que foram obtidos para o capital financeiro. É um dinheiro especulativo. No Brasil: minério, energia, hidrelétrica, petróleo. A soberania alimentar dos territórios está em perigo.
3. Crise Social – 1 bilhão de seres humanos vive numa pobreza extrema. Milhões de trabalhadores (as) não tem emprego, em especial a juventude. Multiplicação da violência. Retirada de direitos trabalhistas.
4. Crise Política – Os Estados burgueses não conseguem regular a economia, e vai se abrindo uma contradição entre o poder econômico. O capital domina o executivo, judiciário e legislativo. Mecanismo com g20 não têm dado saída para esse processo.
5. Crise de valores humanitários – O capitalismo impõe um mundo de valores de egoísmo, individualismo. Precisamos nos contrapor. É necessária a reconstrução da solidariedade, igualdade e justiça.
6. Crise do projeto da classe trabalhadora – Dificuldade de implementação de um projeto de luta de classe. Muitos partidos se iludiram com as vias eleitorais e se esqueceram do poder e força das massas.

Análise do Brasil: o golpe brasileiro resultante como crise internacional. A crise econômica aprofundou a crise no Brasil, semelhante a que vivemos nos anos 30, 60 e 80. Todas essas se deram de maneira prolongada. A crise econômica internacional

esmagou o modelo neodesenvolvimentista, combinando desenvolvimento econômico em aliança com a burguesia local. Por um lado, desenvolveu empresas nacionais no campo agroexportador e das agroenergias como minérios, e a partir do boom de desenvolvimento econômico que era possível ser aplicado em economias nacionais. Todos de alguma maneira ganhavam. Com a crise esse excedente acabou. A burguesia, com a crise, queria ter o controle absoluto de todos os poderes, jogando todos os seus custos na classe trabalhadora, e para isso precisava dominar o executivo e parlamentar.

Disputa da mais-valia social. Limite de gastos nas políticas sociais. E isso representa 10% do PIB nacional. Somente no ano passado, os golpistas desviaram 180 milhões do governo nacional e 108 bilhões de recursos públicos foram exonerados.

A privatização das empresas estatais lucrativas como Petrobras e Eletrobrás - Eletrobrás vale hoje 400 bilhões e vai ser entregue por 20 bi.

Apropriação privada de recursos sociais.

Realinhamento das economias – receberam um trilhão do exterior dos EUA no golpe para garantir a estabilidade pós-golpe.

Ainda, há o projeto de inviabilizar a candidatura Lula 2018.

Contradições da burguesia nesse processo: o golpe não foi legitimado; não há popularidade; não há projeto de país; as medidas econômicas vão agravar a crise econômica ainda mais; as consequências políticas eleitorais nesse processo.

Três blocos: a frente de poder econômico (os ricos, representados por Meirelles); a frente partidária (atores da política conservadora como Juca, Temer, Padilha e Serra) e o núcleo ideológico (MP federal, PF, juiz Moro e a grande mídia que controla a operação de investigação do processo de corrupção).

Cinco desafios:

1. Impedir a aprovação da reforma da previdência;
2. Defender a soberania nacional;
3. Construir e ampliar a Frente Brasil Popular – de retomada da democracia. Intensifica a luta de massa.
4. Aproximação entre os movimentos sociais/ partidos políticos da população em geral

7.2 Oscar Rodriguez (ISP)

La ISP es una federación sindical internacional que aglutina entre sus filas a poco más de 20 millones de trabajadores y trabajadoras de servicios públicos en 150 países. La ISP condenó en su momento el golpe de estado contra la presidenta Dilma Rousseff, con apoyo del parlamento, el poder judicial con apoyo de los medios, porque el trasfondo de este golpe fue avanzar con la privatización y minar los derechos de los trabajadores y trabajadoras de Brasil.

Naciones Unidas adoptó en el 2015, los nuevos objetivos de desarrollo sostenible. Entre ellos, el Objetivo 6: “garantizar la disponibilidad de agua y su gestión Sostenible y el saneamiento para todos”. Entre una de sus metas para el 2030, está:

“lograr el acceso universal al agua potable, a un precio asequible para todos”.

Para garantizar el cumplimiento de esta meta al 2030, se requiere que los gobiernos Asuman, un compromiso real, que garantice un acceso universal al agua potable, segura y asequible para todas las personas sin ninguna distinción.

Desde que se desató la crisis financiera del 2008, muchos gobiernos del mundo y de esta región, adoptaron una política de austeridad, que afectó la prestación de servicios públicos esenciales, entre ellos: el agua y el saneamiento básico.

Frente a esta crisis, muchos asumieron la idea que el sector privado podría proporcionar en gran parte la financiación de los nuevos objetivos de desarrollo. En el mes de julio del 2010, las naciones unidas mediante la resolución 64/292, habían reconocido explícitamente “el derecho humano al agua y al saneamiento”,

Reafirmando al mismo tiempo que “el agua potable limpia y el saneamiento, son esenciales para la realización de todos los derechos humanos”.

Desde entonces, la ISP ha estado trabajando con sus sindicatos afiliados, así como con otras organizaciones aliadas, a fin de promover y garantizar el respeto universal de este derecho, en el marco de nuestra campaña global por servicios públicos de calidad. Mientras esto ha ocurrido, al mismo tiempo observamos con profunda preocupación, cómo las empresas multinacionales con apoyo de los gobiernos de turno, continúan presionando fuertemente para asegurarse una posición de privilegio en la adjudicación de importantes proyectos, provenientes del financiamiento público. Las amplias ventajas otorgadas a estas empresas por las instituciones financieras

internacionales como el BM, los bancos regionales (BID, BNDES), la OCDE, el Foro Económico Mundial de Davos, el Consejo Mundial del Agua en Marsella, y muy probable también el recientemente creado panel de alto nivel sobre el agua que asesora al secretario general de la ONU en esta materia: robustecen -sin ninguna duda-, el impulso de proyectos públicos-privados (ppp's), así como también los acuerdos comerciales como: " el tisa, tpp, ttip, ceta". Pese al fracaso de la privatización del agua y el saneamiento en muchos países y ciudades del mundo, es cada vez más notorio el interés que tienen estas grandes corporaciones de continuar asegurando sus inversiones en este sector.

Esto explica, el porqué su nivel de influencia crece -cada vez más- en los escenarios internacionales como "el Foro Mundial del Agua", el cual adversamos por Considerarsele el espacio perfecto para que puedan emprender ambiciosos negocios. El ensanchamiento demográfico en zonas urbanas y por otro lado, las repercusiones del cambio climático y del calentamiento global, son factores clave que contribuyen a que el acceso al agua potable, sea un aspecto crucial y potencialmente rentable económicamente para estas grandes empresas globales.

Por tanto, es casi probable afirmar, que a pesar de los innumerables fracasos de la privatización, las agencias de la ONU acaben por apoyar y promover exponencialmente las ppp's en este sector, pese a las tensiones y contradicciones que esto genera, entre el estado y los actores sociales, en el proceso de democratización e la política y la gestión del agua.

En ese sentido, el papel que jugamos los sindicatos y los movimientos sociales en nuestra lucha por lograr reivindicaciones sociales y ambientales importantes debe estar fundamentado en el rechazo a cualquier proceso de mercantilización del agua, así como evitar nuevos emprendimientos de extractivismos, subordinados a una economía global cada vez más debastadora de nuestros grandes recursos naturales: el agua, la tierra, los bosques, el aire...

La ISP se ha solidarizado prácticamente en todas las luchas que contra la privatización del agua, se han librado desde tiempo atrás en países de América Latina como: Bolivia, Perú, Argentina, Brasil, México, Honduras, El Salvador y Guatemala.

Al mismo tiempo, nos preocupa cómo se ha recrudecido la criminalización de la lucha social, así como la violencia contra defensores de DDHH y ambientales en algunos países de la región.

Uno de los hechos más recientes fue, el asesinato en Honduras de Berta Cáceres, vilmente acribillada en su casa de habitación a inicios del mes de marzo del 2016. La ISP y sus afiliadas en este país se sumaron a las voces de protesta de la comunidad Internacional para exigir el esclarecimiento y condena a los actores intelectuales de este atroz crimen. De igual manera condenamos en el 2011, el asesinato de Maria do Espírito Santo y José Claudio en Pará que entristeció al mundo.

En el último informe de Global Witness del 2016, se dice que América Latina se mantiene como la región más peligrosa para los activistas del medio ambiente, siendo este año, el más sangriento de la historia para las y los defensores del medio ambiente.

Según revela este informe, los países con mayor número de asesinatos registrados en el 2016, fueron: Brasil (49), Nicaragua (11), Honduras 127 desde el año 2007, y Colombia con un registro de 37.

En cuanto a la protección del agua y el medio ambiente, nos hemos opuesto al inconveniente uso del fracking como un método de extracción del gas de esquisto para suplir el faltante de hidrocarburos. Su impacto ambiental y social por el excesivo uso del agua y de tóxicos contaminantes, generan altos riesgos a la salud humana y al ambiente.

Gracias a las movilizaciones contra el fracking, ahora tenemos leyes en muchos países y estados que prohíben esta práctica. La ISP reconoce que buena parte de este trabajo ha sido liderado por Food and Water Watch, entre otros.

En los últimos 15 años la ISO ha comprobado a través de sus estudios y publicaciones, que más de 235 ciudades de 37 países en el mundo, han recuperado sus servicios de suministro de agua y saneamiento. Solo para hacer mención de algunas de éstas: París, Grenoble, Rennes, Montpellier (Francia), Berlín, Stuttgart, Barcelona, Sevilla, Nápoles, Hamilton (Canadá), Stockton (EUA), Buenos Aires (reestatización), Tucumán, Cochabamba, entre otras muchas más.

Asimismo, un ejemplo exitoso a resaltar y que revitalizó la lucha contra la privatización del agua en América Latina, lo fue: la reforma constitucional del agua en el Uruguay,

el 31 de octubre del 2004. De igual manera, otros importantes ejemplos exitosos a resaltar lo fueron el del triunfo el 18 de mayo del 2014, de la consulta popular del pueblo de Tesalónica/Grecia, contra los planes de privatización del anterior gobierno griego.

Importante a destacar también la anulación en abril del 2015, de los contratos ppp's por un tribunal de justicia de Yakarta/Malasia.

Sin importar cómo debemos llamarle a estos procesos y bajo cuáles estrategias fueron recuperados: re-estatización, re-municipalización y/o re-publicización (retomando en manos publicos), todos éstos tuvieron su origen en las luchas de los movimientos ciudadanos con apoyo de los trabajadores y actores políticos progresistas.

La ISP se opone a que los socios público-privados, sean la única alternativa para garantizar “un acceso universal al agua potable y el saneamiento”. En su lugar, a fin de evitar que el agua se convierta en una mercancía más valiosa, incluso que el combustible fósil, y que su manejo esté concentrado fuera de la esfera pública, proponemos lo siguiente:

A. La promoción de los acuerdos público-públicos y público-comunitarios, para frenar la privatización y la mercantilización del agua potable y el saneamiento, cuyo objetivo es mejorar su gestión pública y política, así como promover el intercambio de conocimientos y de saberes.

B. Ante el persistente interés exacerbado de las empresas multinacionales por mantener el dominio del agua y el saneamiento: dar a conocer aquellas buenas prácticas de instituciones y empresas públicas que brindan un adecuado servicio público de calidad.

C. Exigir a los gobiernos, un mayor financiamiento y una gestión pública más eficiente, eficaz, transparente y participativa, a través de un mejor funcionamiento de la cuestión tributaria, evitando los problemas de la elusión y la evasión fiscal.

D. Condenar y oponernos a la corrupción en todas sus formas, ya que carcome la credibilidad y la confianza de los gobiernos, pone en riesgo la democracia, debilita al estado, roba recursos financieros destinados a los servicios públicos esenciales, irrespeta derechos laborales y ciudadanos, promueve la violencia y fragiliza el desarrollo económico, ensanchando -una y otra vez- la brecha de la desigualdad.

- E. Prestar especial atención a las necesidades de las mujeres y las niñas porque son ellas quienes acarrear desde largas distancias el agua cuando ésta escasea, así como las personas en estado de vulnerabilidad social y económica a fin de satisfacer sus necesidades básicas y un acceso al agua potable y saneamiento de calidad.
- F. Apoyar las luchas por la recuperación de los territorios despojados a pueblos originarios y campesinos para dar cabida a nuevas inversiones extractivistas que socavan las fuentes hídricas, el medio ambiente y los sistemas ecológicos.
- G. Promover la transferencia de conocimiento e intercambio de saberes entre las empresas públicas de agua y saneamiento, gobiernos locales y asociaciones comunitarias de agua.
- H. Aprovechar sinergias entre la ISP, Contaguas y las redes de lucha por el derecho humano al agua y el saneamiento, como: Waterlat, RedVida, papc's, FAMA.... Así como trabajar en coordinación con otras redes que combaten la privatización en otros sectores, tales como del sector salud, transporte...
- H. Con apoyo de la red waterlat: elaborar un atlas de conflictos y de control social del agua y el saneamiento, así como realizar un estudio de empresas públicas progresistas.
- I. Ampliar el debate y el diálogo por la gestión pública del agua, el saneamiento y el ambiente en forma crítica y estratégicamente articulada con movimientos sociales, académicos, operadoras públicas progresistas, municipales y comunitarias y redes de lucha contra la privatización, es el camino correcto a seguir.
- J. Hacer una férrea oposición a los acuerdos plurilaterales de comercio como: PPP, TISA y TTIP.
- K. Apoyar una agenda de desarrollo 2030 que no se constituya en el vehículo de la privatización: ODS 6 y 7.

Por último:

El Papa Francisco en su encíclica "Laudato Sí, sobre el cuidado de la casa común" nos señala que «... el acceso al agua potable y segura es un derecho humano básico, fundamental y universal, porque determina la sobrevivencia de las personas, y por lo tanto es condición para el ejercicio de los demás derechos humanos». Privar a los pobres del acceso al agua significa «negarles el derecho a la vida radicado en su dignidad inalienable» Berta Cáceres "aquí es muy fácil que a uno lo maten. El coste

que pagamos es muy alto. Pero lo más importante es que tenemos una fuerza que viene de nuestros ancestros, herencia de miles de años, de la que estamos orgullosos. Ese es nuestro alimento y nuestra convicción a la hora de luchar”

7.3 Intervenções/Debates

Gegê (Central de Movimentos Populares - CMP): africanos, negros, pobres são diariamente afetados por essas lutas.

Denise Motta Dau (ISP): como deixar um legado para que os países se fortaleçam
Rachel Moreno (Rede Mulher e Mídia): retrocessos em demarcações de territórios indígenas. Temos de fortalecer essa questão. Incorporar a visão apresentada pela Julieta Paredes (Movimento Feminismo Comunitário - Bolívia) no primeiro dia de como a água é vista. Mulheres e educação deveriam ver uma coisa mais focada também.

Andrea Matos (Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário): regulação do agronegócio, revolução sustentável. Venda dos nossos ativos naturais e os impactos disso na água.

Marcelo Aversa (Pesquisador da UFABC): existe hoje um movimento internacionalista contra o neoliberalismo e capitalismo o qual poderíamos se associar tendo em vista o valor da água como bem comum

Julieta Paredes (Movimento Feminismo Comunitário - Bolívia): nos parece vital os conceitos e entender os momentos em que estamos vivendo. Estamos em um momento diferente e muito difícil. Para o Fórum Mundial, as Cúpulas da Terra o principal crime é tentar matar a esperança dos mecanismos sociais. Temos de saber o por que de estarmos aqui. Aonde falhamos, nos corrompemos e não fomos coerentes. É um momento de responsabilidade, não de mea culpa. O trabalho humano é muito maior do que a força de trabalho que hoje é o significado do capitalismo.

Carmen Sosa (FFOSE – Uruguai) Sosa as análises foram boas, mas em alguns momentos precisamos avaliar e fazer uma autocrítica porque a qualidade de vida

pode ter melhorado, mas não a educação política das pessoas. As empresas públicas precarizam o trabalho da mesma forma que as privadas.

Raul Amorim - MST – Palestrante: comenta que necessário ter um inimigo em comum. É difícil pensar em mudança para os povos se não conseguirmos construir esse inimigo. É necessário gerar um campo de unidade. A ação do imperialismo norte-americano é resultado e várias dessas ofensivas. Esse processo de inimigo comum é importante para gerar lutas.

A solidariedade, vinculando com as lutas de outros povos

Intercâmbio que tenha a ver com esse projeto de soberania popular, mesmo que não diretamente relacionado com a água. Desde 2009 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Fazer essas conexões do FAMA com o golpe

Voz mais incisiva contra a lógica da mercadoria e do capital

Quais são esses espaços internacionais?

Oscar Rodriguez (ISP) Palestrante menciona que a água é vida e que temos uma prática de desenvolver uma proposta de serviços públicos de qualidade no setor de energia. Nessa perspectiva, temos de sair daqui com ressonância entre os movimentos e propostas afirmativas ao neoliberalismo. Precisamos avaliar se estamos defendendo de fato um modelo de gestão pública com características de empresas privadas.

8. Estrutura e financiamento do FAMA

Coordenação Moisés Borges - MAB

Edson Aparecido da Silva (FNU) inicia mencionando que toda a estrutura do FAMA foi preparada pensando na data de 17 a 19, porém surgiu um debate sobre a importância de estender por mais alguns dias. Entre vários argumentos, os principais são o fato do FAMA acontecer de ser no sábado e domingo, ser na UNB e o de sairmos de Brasília enquanto o Fórum das Corporações continua. Explica que a

coordenação não vê problema de acontecer de 17 a 22, Dia Mundial da Água. De 17 a 19 está mais ou menos construído, precisamos pactuar como e o que vamos fazer de 20 a 22. Dia 22 temos que fazer um grande movimento pelo Dia Mundial da Água. Temos que ver como construir juntos essas datas.

Dificuldades: local – fomos apresentados a Reitoria da UNB, que imediatamente, se prontificou a sediar o FAMA, com a condição que fosse realizado no fim de semana para não prejudicar as aulas. Dia 19 continuamos na universidade, mas não mais nas salas. Para a instituição seria importante sediar o FAMA porque passa por um momento difícil e a realização do encontro trará visibilidade. A atual Reitoria é fruto de uma luta popular em defesa da Universidade.

Para permanecermos em Brasília até o dia 22 será preciso construir com a coordenação nacional, com os movimentos e com os companheiros internacionais.

9. Apresentação da Proposta de Estrutura do FAMA– Silvana Tamiazi

(Anexo V – Apresentação da Silvana Tamiazi)

<https://drive.google.com/file/d/0B3ssGGJochWDbV9TUzVLTm5Db1U/view?usp=sharing>

Silvana apresenta estrutura e financiamento do FAMA Terminou dizendo que a apresentação era de uma base introdutória de como seria a estrutura logística de um encontro desse porte. Que está aberto, que pode sofrer alterações.

10. Apresentação de proposta de rateio dos custos entre as entidades - Hamilton Rocha (Coletivo de Luta pela Água – SP)

(Anexo 6 – Proposta de rateio dos custos entre as entidades)

<https://drive.google.com/file/d/0B3ssGGJochWDSy03WjM5LTZwa1U/view?usp=sharing>

11. Debate sobre data, caráter da atividade, estrutura, finanças e observações gerais

Léia Oliveira (Contag). Temos que afinar politicamente para avançar. Estamos em um importante momento de construção coletiva. As vezes temos que dar um passo à

frente e dois para trás. Não vê nenhuma preocupação com o valor exorbitante. Sugestão de manter estrutura e mobilização. Quem vem e como vão chegar. Se tiver estrutura, utilizar a estrutura da UNB. Se temos espaço para 3 mil pessoas, vamos trazer essas 3 mil e para fazer a mobilização do dia 20 a 22, vamos manter um grupo menor, já que não dá para manter todos e, com um grupo, “azucrinar” na entrada do Fórum das Corporações.

Edmilson Barbosa (Sindae Bahia). Todos sabemos o que é o processo de captação de recursos. Temos que confiar e acreditar que estão trazendo os números corretos. Isso legitima o processo coletivo. Que cada um de nós tenha corresponsabilidade com os que estão aqui. Falando pelo Sindae da Bahia, não temos divergência quanto a estender o evento por mais uns dias. Mas quando se pensa orçamento e mobilização, é outra coisa. Dia 22 dá para fazer a grande mobilização para encontrar nosso inimigo comum. Fazer a marcha, levar essa pauta para as nossas bases e ver como. Existe um processo de construção dos dias 20 e 21. Fazer panfletagem, coleta de assinaturas, faixas. Mobilização de rua. Intervenção na ANA, se possível. Ir para o Lago Paranoá. Atividades pragmáticas do que vamos fazer.

Renato Di Nicola (European Water Movement - Itália). Nossos dois objetivos são ilegitimar o Fórum das Corporações e afirmar que água não é mercadoria. Temos que terminar o FAMA com uma coordenação brasileira forte, coordenada com outros países, mirando a África para ver como vão fazer. Se é difícil aqui, imaginem lá. Quando o conflito sai, se busca resolver. A construção de uma contraposição mundial é difícil. Brasil tem que ter uma coordenação constante que discuta água, olhando fora também, com outros países. É uma dinâmica que, se acontecer, vou pedir a cidadania brasileira honorária. Há um evento central de 17 a 19 e outro da Assembleia Mundial de Mulheres e Água e podem fazer isso. Outros grupos também, com autoridades locais, democracia participativa. Como desemboque político temos que chegar aos dois objetivos que falei inicialmente. Somos os únicos que estão eleitos para essa discussão. Os que estão no Fórum das Corporações não estão eleitos. A dinâmica tem que partir dos brasileiros. Nós estamos trabalhando nisso. Tem que ser

uma investida dos latino-americanos. Trabalhar com prefeitos, com parlamentares, envolvê-los no processo.

Elias Wolff (Coordenador do Núcleo Ecumênico e Inter-religioso – PUCPR). Manifesta preocupação com possível contribuição. Vou levar o que passaram. Minha experiência maior de colaborar foi em reuniões por direito dentro da Cúpula dos Povos. Estou me perguntando no FAMA, como posso falar com as 348 igrejas, conchamar as organizações ecumênicas, mas como levar as bases? Quem serão os 3 mil? Tem pastores, pais de santo, rabinos. As organizações religiosas assumem a pauta, mas têm especificidades. Como trazer? De novo eu recordei a Cúpula dos Povos. Tinha uma Tenda específica e estava sempre lotada. As religiões têm muito a dizer. Ouvir a voz das diferentes religiões pode ser uma contribuição importante. A Rede da Água é uma organização internacional. Temos que pensar como vão fazer a sua contribuição.

Vanderlei Martini (Cáritas Brasil). Estou contente com os avanços que construímos até aqui. Vamos fazer um FAMA questionador, “infernizar a vida dos caras”. Se até 22 conseguirmos dar nosso recado para eles, eles vão embora levando nosso recado. Temos que valorizar o que foi feito até agora. A luta pela água não é só do campo, da cidade. Aqui cada um pode dar sua contribuição nesse processo. Temos um grande desafio. Estamos nos propondo a realizar o FAMA de 17 a 22. Temos 17 a 19 mais ou menos pronto, de 20 a 22 temos que ver. O desafio do número de pessoas que vamos envolver em cada dia. Número e estrutura não dá para ver aqui, mas temos que ver numa próxima reunião.

Washington Fraga (Sindicato dos Urbanitários de Goiás). Vou dividir meu tempo com um companheiro Bolchevista. As vezes gastamos tempo para remendar a estrutura do capitalismo. Não tem jeito, está falido. Nossa perspectiva enquanto trabalhador é combater o capitalismo. Mulheres, índio, etc. é fruto da estrutura capital. A destruição do capitalismo é urgente. Temos que trazer isso o tempo todo. Cuba com um fuzil e 3 balas começou uma revolução. Vamos unir o proletariado para combater o capitalismo. Agora, falando o Washington sindicalista, estamos aqui juntos para enfrentar. Tem companheiros preparando. Eu vejo caneca, camiseta, panfleto com

data marcada. É possibilidade real. Vai acontecer. Vamos levar a base que dirigimos e o povo em geral. A prioridade do nosso sindicato é gastar dinheiro nas ferramentas de luta, não construir piscina. Vamos!!!

Ernesto Salles (CUT Nacional). Dividimos a discussão em orçamento e estrutura. A CUT vai mobilizar. Estamos trabalhando nos estados. Deixamos aqui o nosso compromisso com a construção do FAMA. Bom ter novos companheiros. A Coordenação tem feito esforço de incorporar mais gente e temos que continuar. Nosso propósito de garantir o que já foi pactuado. De 17 a 19 já está construído e nada impede que façamos nos outros dias também.

Aécio Barbosa de Oliveira (Fase Rio de Janeiro). Saúdo o coletivo. A santa dialética está funcionando. Não é fácil com participações diferenciadas em prol desse objetivo comum. A entrada de novas organizações e movimentos, sempre está chegando gente nova. Estamos em uma era que está muito difícil construir espaços de resistência. O FAMA

é a oportunidade de estruturar e construir espaços de convergência com estratégias que extrapolem 2018. Ocupar a esfera pública possibilitando espaço de discussão. Reforço o que a companheira Léia disse. Ter como referência 3 mil pessoas. Não é fácil para as organizações captar esse volume de recursos. Temos que pensar o processo de relatoria, os sites, os meios para veicular o FAMA e o Fórum das Corporações.

Edson Aparecido da Silva (FNU). Falou do caráter do Fórum. Algumas pessoas têm dúvida do caráter de construção. Ele está sendo construído para ser espaço de contestação ao Fórum das Corporações. Mas quanto ao caráter do Fórum, uma discussão que a gente tem que fazer é sobre o perfil dos painelistas desse Fórum. Eu acho que tem que mudar um pouco. São professores, são da academia e quem tem que estar na mesa é o povo, o saber popular que tem que ter espaço. Não dá para ter um discurso e fazer outra coisa. Não é o Gegê (dirigente da CMP), que é do quadro do movimento popular, que tem que estar na mesa do debate, mas os que participam do movimento dele, as pessoas que ele mobiliza lá. Temos que parar de conversar. Nós conversamos muito, claro que tem as entidades que fazem luta concreta, temos

que transformar nosso espaço de diálogo em propostas de luta. Dia 30 temos a Assembleia das Águas em São Paulo com um formato novo, na perspectiva que falei acima. Uma questão é: deu muito trabalho para chegar até aqui. Essa coordenação, que foi muito criticada nestes dias, fez um grande esforço para gente conseguir fazer essa reunião aqui, com 12 países, com um número enorme das mais variadas entidades e redes, pensamentos etc. Isso precisa ser considerado e levado em conta. Temos que amadurecer a proposta da Léa que é de 3 mil pessoas. Sair daqui com um número fechado para saber como mobilizar.

Jeanine Oliveira (Projeto Manuelzão). Encontro é de água e eu não ouvi falar de água aqui. A gente precisa deixar de se reunir em lugar fechado. Falamos muito de nós mesmos. A gente vai continuar com as atitudes que temos? “vamos continuar falando de saneamento básico e poluindo a água?”. Ou a gente vai começar a fazer direito o dever de casa. Eu comecei. Não é fácil. Eu moro em um centro urbano. Se estamos falando de capitalismo, vamos rever o nosso consumo. É uma responsabilidade falar. Essa visão de mundo egoísta colou em todo mundo. Meu esforço é me modificar. Eu e cada um. Aí teremos vibração de um cenário mais saudável, construtiva e ideal que eu almejo. Cadê a responsabilidade de vocês? A minha eu expus.

Andrea Matos (Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário). Me sinto contemplada com a fala de Aécio (Fase Rio de Janeiro) e Ernesto Salles (CUT Nacional). É um espaço político muito importante fortalecer a UNB. Não dá para ocupar a UNB. Fazer a disputa com o GDF é complicado. Mobilizar 3 mil em 10 km é difícil em Brasília. Temos que definir número, mas alojamento também. Não é simples deslocar 3 mil pessoas do Parque da Cidade para a UNB.

Gegê (CMP). Quero colocar uma questão que é muito tranquila. A luta, pela defesa da água é uma luta de disputa de territórios. Eu quero colocar também a necessidade de estarem aqui os quilombolas. É lá que está a luta feia, sendo feita de forma truculenta. Estão indo lá para destroçar. Nós temos que trazer para cá esses trabalhadores. Acredito também que se estamos aumentando 3 dias, temos que ter

mais o que fazer. Estou propondo a gente sair dos muros da UNB. A população do entorno de Brasília vivendo miséria, não tendo água. Fazer aulas públicas em rodoviárias, ir para Ceilândia. Sair dos muros para estar com o povo que não tem água. Aí a população será participante. Se o povo não vem, vamos a eles. É possível? É. Não só possível, mas necessário. Temos que ter muitas iniciativas.

Moisés Borges (MAB). Expôs alguns pontos: 1-Estamos de acordo de 17 a 22, só ver como fazer. Discussão para depois. Temos que pensar. As decisões devem vir de comprometimento. É um processo a ser construído. Sobre a mobilização dos ônibus, a gente pode dobrar o valor. R\$1.800.000,00 para estrutura e outros R\$1.800.000,00 para os ônibus de quem vem, se não for mais. Temos que pensar em torno de R\$4.000.000,00. 2-Temos que afinar a nossa unidade em torno do tema, a nossa responsabilidade. Todos têm que sair daqui com clareza, tanto os que vieram de fora, quanto os daqui. Os companheiros têm que sair daqui com firmeza para chegar nas suas organizações e garantir o que vai ser feito. Vai sair o FAMA. Tem ajustes a fazer, mas tem unidade. Vamos nos contrapor às Corporações. 3- O desafio que a organização tem a construir. As convocações estão sendo feitas, as ausências não são por falta de convite. Temos um trabalho extraordinário em torno disso. Uma dificuldade é que os grupos se alternam de uma reunião para outra, mas tem feito um acúmulo do que está sendo construído. Todos temos que participar mais do processo de construção. Todos temos outras atividades, mas temos um compromisso aqui. O direcionamento político tem que sair daqui.

Hamilton Rocha (Coletivo de Luta pela Água – SP) Não faltou esforço de acessar os diferentes grupos. Não há problema de ir a eles. Podemos montar uma comissão especial para ir até eles. Alguns comitês estaduais têm relação com essas comunidades. Temos que discutir isso na coordenação nacional, na executiva. Entramos em contato com todas as redes alternativas de comunicação do Brasil. E animamos todas elas a participar. Temos recebido gratas e importantes colaborações. Não começamos hoje, mas não é fácil. Que as pessoas se incorporem a coordenação, se incorporem a executiva. Mas tem que saber que tem um bonde andando. E as vezes é muito difícil a gente ficar sozinho para tomar decisões. E as

vezes a gente erra. A gente tem que ir acompanhado, olhando as atas das reuniões, vejam o que já foi decidido para depois fazer uma crítica construtiva.

Sueli Moretti (FNU). Todos sabem o problema sério que estamos enfrentando. O movimento sindical, o movimento popular e principalmente o setor de energia, o setor elétrico com a privatização da Eletrobrás, as CPIs. Acabamos de lançar a campanha “Energia não é mercadoria”. Colamos essa reunião a esse encontro porque consideramos de extrema importância e queremos ver acontecer. Somos a coordenação e temos que ter uma participação efetiva. Acredito nos comitês estaduais. Foi ponto de pauta da direção, foi em nome dela. Tinha essa data que já estava construída. A gente tem o local, sabe a dificuldade de conseguir. Eles vão boicotar, vão bloquear. Esse espaço a gente conquistou com muito trabalho do pessoal da coordenação e do Comitê de Brasília. Chegar ao dia 22 não saiu aqui, não é novo. Tínhamos essa preocupação. Discutimos na última reunião. Teve até skype com a comissão internacional. Temos que fazer uma discussão para ver como ficar tantos dias. Mobilizar para todo esse tempo é difícil. Mas vamos junto. Temos que definir para saber como a gente vai trabalhar isso. Temos que ver isso com as nossas entidades, com os nossos sindicatos. Temos muita gente que pode fazer essa mobilização mais regional. Não é fácil, mas vamos fazer.

Denise Motta Dau (ISP). Estamos chegando a conclusão final onde todos querem FAMA forte, democrático, de massa que se contraponha ao Fórum das Corporações, que marque a luta pela água como direito, que envolva o trabalhador da cidade e do campo, que respeite as várias etnias, gêneros, raças e espiritualidades. Todos falam em deixar um legado real, concreto, organizativo. FAMA é um espaço internacional e os respectivos países estão se agregando ao FAMA e acreditando que isso se consolide. Eu concordo com o companheiro Aécio (Fase Rio de Janeiro) que no Pré Fama a gente tem que construir isso. Junto com o lançamento do FAMA no Estado vem Núcleo de Resistência, Núcleo em Defesa da água, Assembleia da Água, vem um saldo político. Essa construção pré e durante é muito importante. É uma estratégia organizativa. É construção política, coletiva, para a gente dar essa cara. Isto posto teremos um FAMA com 2 etapas: uma de 17 a 19 que termina com uma

marcha para entregar o manifesto final. Outra que vamos construir com uma agenda feita por todos nós, com aulas públicas, atos, com uma brigada de 500 pessoas. Eu pergunto. Teremos dia 22 outro ato de massa? Quem tem potencial de mobilização? MAB, MST, CONTAG... é possível construir ato regional dia 22? Peço desculpas aos internacionais que a gente fala muito de Brasil, mas a gente tem todo esse desafio.

Renato Di Nicola (European Water Movement - Itália). Quando terminarmos, não vamos entregar a nossa carta ao Fórum das Corporações? Mas às autoridades eleitas que tem que colocar em prática o que estamos propondo.

Cassia Bechara (Direção Nacional MST - Coletivo de Relações Internacionais). Avançamos. Já chegamos a uma síntese comum que é fazer um Fórum com 2 momentos: um mais político e organizativo na UNB para que a gente possa construir uma proposta comum e construir uma plataforma de lutas. 3 mil pessoas é um bom número para um debate qualificado. O segundo momento é mais de debate com a sociedade e enfrentamento ao Fórum das Corporações. Seriam dias que teríamos que manter em Brasília um grupo menor que vai debater água, alimento saudável. Fazer brigadas. Mobilizar igrejas, escolas e fazer o enfrentamento com ações mais conspirativas. Lembrem que será um Fórum com muita segurança. Duas preocupações: marcha do dia 19: 3 mil pessoas em Brasília desaparecem. Temos potencial de mobilizar para o dia 22 mais gente. Nós da Via Campesina, do Campo Unitário, vamos levar. Temos condições de construir uma boa mobilização para o dia 22.

Jaqueline Santos Feliciano (Sindiágua – DF). Quando será o FAMA? Já começou. Com 12 países, discutindo, ele já começou. Um exemplo é essa reunião aqui, com 12 países. Se tiver ataque, já temos uma Rede. Ele começou e vai prosseguir. Chamar à responsabilidade. O que cada um vai fazer. Nós – quem aqui já pagou a contribuição da casa? O que minha Instituição contribuiu? A parte estrutural é importante. Dia – logística dos dias. Juntar a frente unitária para a gente trazer a logística dos 3 dias. Quantas pessoas devem ir? Não só número, mas que pessoas? Pensar a importância do evento e o número de camaradas. 25 mil para cada

Entidade. Com quanto cada organização pode contribuir? Isso é urgente. Saiu hoje definido pela ampliação da data. Ter confiança de que é possível. É importante definir pela ampliação da data e da UNB como espaço. Temos que pensar nas pessoas que vamos mobilizar para esses encontros. Não pensar número, mas a importância do evento e de como levar as pessoas. Parabéns por esse encontro. Parabéns pela organização.

Camila Mello (Proscience). Não é um problema diminuir a expectativa do número de pessoas para os três dias iniciais. Diminuir esse imaginário dos megaeventos que estão um pouco desgastados. O que eu tenho pensado é na proposta da gente descentralizar o FAMA. Foi falado nas nossas reuniões que a gente apostasse em ir para os territórios. Cada movimento tem a sua prática, a sua lógica. Ações nos dias 20 e 21, com ações locais nos territórios de disputa e começar a estimular mais isso, pensando uma agenda mais descentralizada, até para demonstrar a capilaridade do FAMA. Quem esteve na Cúpula dos Povos, a gente tentou fazer. Pensando em quem vai ter dificuldade de levar gente. Muita gente não sabe do que estamos falando, de como isso repercute em sua vida cotidiana. O que esse Fórum tem a mostrar para o mundo. Esse trabalho de base, de educação popular, pensando um pouco as caravanas da agroecologia, por exemplo. Ver o que esse Fórum acontecendo aqui, tem a mostrar para o mundo. E trazer outros olhares. Por último, a ideia que o Gegê (CMP) trouxe, de ir para os territórios. O Fórum das Corporações está fazendo o diálogo com as Escolas, já está nessa frente e a gente tem que ir para essa disputa, para as aulas públicas.

Alexandre (Comissão Pastoral da Terra - CPT). Sugerir a coordenação de fazer um esforço de trazer para o debate principalmente aos indígenas, quilombolas, pescadores. Nós podemos trazer essa companheirada para a construção do evento e ver se eles têm alguma proposta que eles vêm construindo, para esses dias. Vai ter um Encontro Nacional e eu já posso fazer essa conversa com eles. A contribuição da Julieta Paredes (Movimento Feminismo Comunitário - Bolívia) foi muito importante. Fortalecer a articulação dos Indígenas da América Latina. Temos que nos preocupar

com a preparação do pessoal que vai para o FAMA. Para fechar temos que calibrar onde vamos pôr mais peso, nos dias 19 e 20 ou no 22. É a questão financeira.

Brent Millikan (International Rivers). Há consenso de dar visibilidade para vozes e movimentos marginalizados politicamente. Alguns já estão, como MAB e MST, mas temos outros. São muitos direitos em jogo. Temos que estreitar diálogo com esses movimentos. CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), tem aliança com movimentos indígenas e sei que tem interesse de participar. Pelo Fundo Sócio Ambiental Casa dá para apoiar pequenos projetos e conseguir apoio. Queria mais clareza como participar, Moisés Borges (MAB) já deu dicas até para depois, mas temos que pensar. Agenda cultural dentro do FAMA, Tribunal de Águas, tem que trabalhar. Estratégia de intervenção no Fórum das Corporações. Dia 18 é a abertura deles e temos que fazer barulho.

Moisés Borges (MAB): A primeira rodada é de pensar datas, depois apresentar uma síntese para aprovação em plenária. A segunda é para finanças. Que os internacionais contêm um pouco como foi no caso deles.

12. Síntese apresentada por Moisés Borges

- FAMA de 17 a 22/03/18 – objetivo de enfrentar as Corporações ilegítimas e contra a mercantilização da água.
- 17 a 19 – FAMA Político-organizativo com as discussões, temário, etc.
- 20 a 22 – Diálogo com a sociedade e enfrentamento às Corporações
- 22- Ato – simbologia de resgate do dia da água das corporações e trazer para nós. Provocar para que seja um ato da Frente Brasil Popular (os comitês locais têm que fazer ato em todos os estados também). Aulas públicas, mobilizações diversas.
- De 17 a 19 – 3 mil pessoas; de 20 a 22, brigadas, com número a definir.
- Pensar a metodologia
- Ver mobilização, orçamento dos ônibus para trazer os movimentos

- Convidar outras organizações para contribuir nos Comitês Locais. Eles são muito importantes. Constituir novos Comitês. Envolver diferentes organizações nesses comitês.
- Detalhar o Tribunal (Proposta do Brent Millikan (International Rivers))
- Encontro das “Autoridades Locais” (Proposta do Renato Di Nicola - European Water Movement)

13. Sobre o encontro de “Autoridades Locais”

Hamilton Rocha (Coletivo de Luta pela Água – SP). Se não há contrário a um chamamento a uma reunião de Prefeitos, vereadores, etc., Aberto a eleitos democraticamente. Sugestão de uma audiência Pública. Chamar Conselho Nacional de Meio Ambiente e Direitos Humanos.

Carmen Sosa (FFOSE – Uruguai). Depende do país. De direita ou esquerda, mas de acordo com a proposta do FAMA.

Moisés Borges (MAB). Vamos fechando nossa programação. De 17 a 22 para trabalhar.

Depois da síntese aprovada, a lembrança de que é importante dar autonomia a coordenação nacional. Sabedoria Política para o momento. Não dá, por exemplo, para Renato Di Nicola convidar pessoas e depois alguém dizer que não era para convidar essa ou aquela pessoa.

14. Informes e possibilidades de captação dos recursos. Como os outros Fóruns Alternativos fizeram.

Meera Karunanathan (Council of Canadians – Canadá). É muito importante o que passou aqui. É o momento de consolidar nosso movimento. A luta pela água não passa só por um Fórum a cada 3 anos. Conflitos e debates fazem parte de consolidar o movimento. Cada Fórum foi muito diferente. O momento agora não é o que estávamos no México, onde grandes fundações internacionais aportavam recursos.

Hoje estão priorizando câmbio climático, outras coisas. Para a água não são muitos que aportam. É importante trabalhar juntos para eleger nossas prioridades. Não vem muita gente de fora. Não é prioridade. É importante conhecer grupos de toda parte. É importante para a região das Américas. Temos que priorizar a América. Que os grupos internacionais formem um Comitê Internacional. Não vamos ter muita gente de toda parte do mundo. É importante priorizar a tradução profissional? Se vem gente da Latino América, a tradução é mais barata, dá para buscar voluntários. Fazer um trabalho para identificar onde podemos ir.

Moisés Borges (MAB). Dá para pensar como reduzir custos. Comunicação, mídia ninja, jornalistas livres, telesur, alguns tradutores voluntários, ver as alianças e solidariedade entre nós.

Renato Di Nicola (European Water Movement - Itália). Temos feito Fóruns sem gastar muito. Me comprometo a contatar pessoas que podem fazer isso. Temos que investir na gana de vir. Brasil é outra coisa. Vou contatar a pessoa que organizou isso para ver os contatos. Somos povo e temos que pedir ao povo para ajudar-nos.

Marcela Oliveira (Food and Water Watch/Red Vida) a Red Vida vai participar do FAMA. Há uma parte que não está no orçamento que é a mobilização internacional. Ela vai tentar contribuir com a organização internacional. A gente pode ajudar a captar algum fundo. Mas há jeito de baratear. A interpretação é dos grandes momentos. As atividades auto organizadas que arquem com seus custos. Tem que cobrar inscrição. Isso não é obrigatório, mas é um jeito de contribuir para a estrutura geral.

Gonzalo Berron (Vigência – Brasil): Informa que Satoko Kishimoto do Transnational Institute pretende ajudar com passagem e mobilização de estrangeiros.

Oscar Rodriguez (ISP). A Internacional de Serviços Públicos vai contribuir com uma parte. No final de outubro teremos um encontro internacional, mas vamos fazer um esforço de garantir uma boa delegação, pelo menos do continente. Tentar que possam se auto custear. E também ver uma espécie de bolsa para custear outros

gastos possíveis. Fizemos uma discussão com a responsável por água e saneamento para que contribua. Vamos apoiar, só não podemos dizer ainda com quanto. Faremos de acordo com as prioridades do Comitê Organizador. Em novembro, logo depois do nosso Congresso, diremos com quanto.

Ernesto Salles (CUT Nacional). A CUT está empenhada na Construção, mas sabemos da dificuldade. Estamos trabalhando para garantir aporte em material e financeiro. Vamos seguir trabalhando com outros sindicatos que também tem interesse nesse debate. Equipe com organizações e com internacionais. Submeter projetos para ir pagando custos específicos.

Marcos Helano Montenegro. O Comitê Local de Brasília vai trabalhar para materializar as decisões tomadas aqui. Estamos com reunião semanal na UNB com cerca de 40 pessoas envolvidas. Temos dado suporte para os companheiros fazerem. E reafirmo a importância da representação dos movimentos nacionais nos comitê locais para viabilizar o FAMA.

Hamilton Rocha (Coletivo de Luta pela Água – SP) – Estamos vendo solidez para o FAMA, a executiva. Estamos sofrendo para tocar as coisas. Até pouco tempo atrás, tudo era bancado pelos sindicatos. Isso dava uma liberdade para a discussão política. Agora temos uma dificuldade. Retomar a tradição para captar recurso para mobilização local. A proposta de barateamento diz respeito a colocar a discussão da água em primeiro plano para as entidades. Arrecadar dinheiro é parte da discussão política. Tradutor. Entendimento do assunto é importante. O processo de mercantilização chega em todas as áreas. Vai ter um trabalho grande.

Julieta Paredes (Movimento Feminismo Comunitário - Bolívia). Agradeceu o espaço de discussão, escuta e compartilhamento. Creio que no espaço de luta dos povos temos que agarrar-nos em coisas para reestruturar a esperança. Voltar a dar-lhe energia, regar sonhos, regar a esperança, para que as crianças possam dormir tranquilas e não com medo da guerra, sob a dor. Dialogar com a Mãe Terra. Não sei se Evo virá, mas vamos exigir da Agenda do governo para que haja um olhar de que



a água é nossa irmã, mãe. Vamos cobrar que vejam a água de forma específica. Teria que falar com consulados, embaixadas, para trazer algumas organizações indígenas em março.

Renata Boulos (Secretária Executiva do FAMA). A Construção coletiva não é fácil e por mais descentralizada que seja temos de trabalhar de forma alinhada porque no dia a dia parte de nossos problemas tem ocorrido por essa falta de alinhamento. Mas eu estou contente com os avanços de hoje. Questões de ordem – pactuar que relatores passem todas as relatorias até quarta-feira para podermos sistematizar, traduzir e enviar para os parceiros.

Sistematização:

Renata Boulos

Secretária Executiva do FAMA

Lista de Siglas

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - DF

ANA - Agência Nacional de Águas



CMP - Central de Movimentos Populares
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTAGUAS - Confederación de los Trabajadores y las Trabajadoras de Agua, Saneamiento y Ambiente de las Américas
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes
FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água
Fase - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FFOSE - Federación de Funcionarios de O.S.E. (Obras Sanitarias del Estado)
FMA - Fórum Mundial da Água
FNU - Federação Nacional dos Urbanitários
GDF - Governo do Distrito Federal
ISP - Internacional de Serviços Públicos
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
Modatima - Movimiento de Defensa por el acceso al Agua, la Tierra y la protección del Medio ambiente
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RedVida - Vigilância Interamericana em Defesa da Água
Sindae/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto no Estado da Bahia
Sindiágua/DF - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Água e Esgoto de Brasília
UBN - Universidade de Brasília
UFABC - Universidade Federal do ABC
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
ONU-HABITAT - Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.
UNFCCC - Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima